

CONCORDÂNCIA ASSOCIATIVA

*Ingedore Grunfeld Villaça Koch**

RESUMO

Este estudo objetiva discutir o alcance que se vem dando à noção de anáfora associativa, com o objetivo de explicar os casos de concordância *ad sensum* ou silepses de gênero e número. Recorre-se, também, para justificar tais tipos de concordância, às noções de micro sintaxe e de macro sintaxe.

Este pequeno ensaio tem o intuito de discutir o alcance que se vem dando à noção – já antiga na literatura – de anáfora associativa, comumente denominada *semântica, indireta* ou *profunda*, com o objetivo de explicar os casos de concordância *ad sensum* ou silepses de gênero e número, como são denominadas nas gramáticas tradicionais.

É o caso dos exemplos abaixo, alguns colhidos em situações reais de fala ou escrita, outros criados para fins de exemplificação, embora comuns em situações concretas:

- (1) *Uma grande maioria dos brasileiros* são contrários às privatizações.
- (2) *Grande parte das invasões de terras* são provocadas pela absoluta miséria do povo brasileiro.
- (3) *Um grupo de cidadãos* protestavam na praça.
- (4) Convidei todos os colegas para a festa. *A maioria* vieram.
- (5) Trata-se de *um jovem casal* que adotaram uma criança abandonada.
- (6) *Todo o povo* aplaudiram o discurso do manifestante.
- (7) *A dupla* chegou de surpresa e assaltaram o motorista do ônibus.
- (8) *Cada uma dessas situações* podem ser caracterizadas a partir de quatro parâmetros.

* Universidade Estadual de Campinas.

As gramáticas tradicionais da língua portuguesa aceitam (1), (2) e (3) como casos particulares de “dupla concordância” e condenam os demais empregos acima atestados, embora registrem, no capítulo destinado às figuras de sintaxe, a *silepse* de número, em especial se quem a ela recorre é um autor consagrado. Em Cunha (1979, p. 330) encontra-se o exemplo:

(9) “O *casal* não tivera filhos, mas *criaram* dois ou três meninos. (A. F. Schmidt, GB, 285)

Não é diferente o que ocorre em francês. Segundo Berrendonner & Reichler-Béguelin (1995a, p. 24), os julgamentos normativos sobre tais fenômenos são “relativamente arbitrários e historicamente flutuantes”: aceitos com muita liberalidade no francês clássico escrito, as variantes não *standard* passam praticamente despercebidas no francês falado, no qual são muito freqüentes, embora hoje “condenadas” no francês escrito padrão. Quando, porém, “saem da pena de um escritor”, são atribuídas a uma *silepse* e não a uma inadvertência. Lá como cá, as coisas caminham de forma semelhante.

JUSTIFICATIVA PROPOSTA

Uma das explicações aventadas para a aceitação dos três primeiros exemplos e “condenação” dos demais é a possibilidade de se proceder a uma dupla análise do SN complexo em (1), (2) e (3):

1. Det. + (Mod. Adj.) + Núcleo + Mod. SP
2. Det. complexo (quantificador, expressão partitiva ou operador de medida) + Núcleo

No primeiro caso, a concordância se efetua com o núcleo nominal *maioria*; no segundo, o verbo aparentemente herda as marcas de plural de SN2, considerado como núcleo. Ou seja, pode-se supor que, nesse caso, um SN complexo tenha mudado de cabeça, tendo sua primeira parte (SN1) “degenerado” em operador de medida, de forma que os componentes do SN passam a constituir um todo único. Segundo Berrendonner & Reichler-Béguelin (1995a, p. 25), tal processo diacrônico, embora misterioso, está bem atestado no francês em todos os estágios de seu desenvolvimento, por casos semigramaticalizados (“La plupart des étudiants est/sont venue/s”) ou inteiramente gramaticalizados (“Beaucoup d’étudiants sont venus”).

Contudo, visto que é comum encontrarem-se também exemplos como (4)

– (7), sem SN2, mas em que figuram no verbo marcas de número não congruentes com as do sujeito (portanto, não morfossintaticamente condicionadas por ele), poder-se-ia postular que, a partir de um nome coletivo singular (*maioria, casal, povo, dupla*), constrói-se por inferência um referente implícito (no cotexto ou no contexto sócio-cognitivo) concebido como classe, que vai determinar as concordâncias ulteriores no plural. Isto é, a natureza das marcas de número depende, com muita probabilidade, de uma denominação lexical implícita, calculada a partir do SN sujeito e tacitamente atribuída a seu referente. Segundo Berrendonner & Reichler-Béguelin, a frequência de tais concordâncias seria um dos fatores da reanálise sintática acima evocada, que converte SNs coletivos da forma [SN1 de SN2] em [Quantificador de SN]. Para dar conta desses fatos, passa-se, pois, de uma explicação puramente sintática a uma explicação semântico-pragmática.

A CONCORDÂNCIA ASSOCIATIVA

Berrendonner e Reichler-Béguelin batizaram tal fenômeno de *concordância associativa* (“accords associatifs”), denominação que preferem à tradicional, de concordância *ad sensum*, com o propósito de sublinhar um parentesco empírico: tais “faltas” de concordância (“désaccords”), bem como as chamadas *anáforas associativas ou inferenciais*, põem em jogo as mesmas operações de inferenciação, sendo, assim, passíveis de descrição no quadro de um mesmo modelo geral.

A anáfora associativa consiste, conforme dissemos, numa configuração discursiva em que se tem um anafórico sem antecedente literal explícito (portanto, não condicionado morfossintaticamente por um SN anterior), cuja ocorrência pressupõe um *denotatum* implícito, que pode ser reconstruído, por inferência, a partir do contexto precedente.

Os autores que se dedicam ao estudo da anáfora associativa dividem-se entre duas principais concepções:

1. a concepção estreita (*standard*) ou semântica, que postula a necessidade de uma relação de natureza léxico-estereotípica entre SN1 e SN2 e leva em conta, para a caracterização da anáfora associativa, outros fatores, como o tipo de expressão anafórica e a natureza da relação indireta, postulando que a mudança de categoria lingüística acarreta mudança de configuração. Tem como principal representante Kleiber (1994), autor do mote: “L’anaphore associative roule sur des stéréotypes”;
2. a concepção ampla, que admite a possibilidade de uma saturação discursivo-cognitiva do SN2. No interior desta concepção, há uma tendência discursiva bem lata (é o caso de Berrendonner e Reichler-Béguelin,

propositores do conceito de concordância associativa) e outra que se autodenomina tendência discursiva moderada (Charolles, 1994, por exemplo).

Vejam os alguns exemplos. A versão léxico-estereotípica limita a anáfora associativa a exemplos como:

(10) Chegamos a *uma cidadezinha*. *A igreja* ficava no alto de um monte.

(11) A polícia encontrou *o carro roubado*. *Os pneus* estavam furados.

As versões discursivo-cognitivas, tomadas em conjunto, já que não caberia aqui discutir as diferenças entre elas, admitem, por sua vez, exemplos do tipo:

(12) É verdade que, quando lemos, não nos damos conta de que *esta história* esteja acontecendo, esteja tomando forma graças a nós.

(13) Sofia dormia. *O jornal* estava caído aos pés da cama, *o cinzeiro* estava cheio até a borda.

(14) João foi assassinado no parque. *A faca* foi encontrada nas proximidades.

(15) A guerra é uma boa época para Saint Malo. *Eles* não conhecem festa mais animada.

(16) O casal de milionários decidiu adotar um menino, que viria a herdar sua fortuna. *O orfanato*, por engano, entregou-lhes uma linda menina.

(17) Aterrizar na Praça Vermelha! Certamente, *o jovem piloto* é um louco...

O objetivo dessa perspectiva ampliada é, justamente,

favorecer a emergência de generalizações, aproximando, sob o termo de associativas, todas as expressões referenciais cuja interpretação põe em jogo operações de raciocínio. Estas operações lógicas naturais, frequentemente bem complexas, consistem não apenas em inferir um objeto-de-discurso a partir de um outro objeto-de-discurso, mas também em inferir um atributo de objeto a partir de um outro atributo de objeto. (Berrendonner & Reichler-Béguelin, 1995b, p. 26)

Uma dessas generalizações é, exatamente, a explicação, por recurso à noção de concordância associativa, de concordâncias irregulares do tipo aqui ilustrado.

A tendência ainda muito presente de extrapolar para as seqüências transfrásticas as noções sintáticas operatórias no domínio da frase tem levado a generalizar para o nível do texto a imposição de que os pronomes devem concordar com um SN presente no cotexto precedente, isto é, adotar-lhe as marcas morfológicas de gênero e número. Esta concepção, porém, é empírica e teoricamente indefensável. No

domínio dos fatos, ela é constantemente desmentida, podendo-se encontrar uma grande quantidade de dados empíricos que a falsifiquem, como se pode verificar em (1) a (8), bem como nos exemplos abaixo, extraídos de Berrendonner & Reichler-Béguelin (1995a, p. 27), em que se comprova que um pronome anafórico não implica necessariamente a presença, no cotexto, de um antecedente com o qual estabeleça uma relação de concordância:

- (18) Qualquer menção do termo “sincrônico” deveria ser evitada por razões diplomáticas, dadas as reações alérgicas que elas *suscitam* naqueles que só conhecem Saussure por ouvir falar.
- (19) Tenho 17 anos, sofro de acne, e na minha família ninguém leva a sério meu problema. Eles me *dizem* que não é nada.

Nesses exemplos, a ocorrência de cada pronome anafórico é semântica e pragmaticamente condicionada. Ela depende da possibilidade de inferir, a partir do contexto informacional explícito, um objeto de discurso implícito, ainda não mencionado. É com este pronome ou o seu vestígio que vai se efetuar a concordância verbal.

Os autores citados explicam o exemplo (18), dizendo que, a partir do valor contrafactual do condicional *deveria*, e, por meio de um raciocínio do tipo “Se nem toda menção é evitada, então, ocorrem menções”, é que se pode validar a pressuposição de existência que institui o referente do pronome *elas*. Recordam que, segundo as descrições lógicas, *Todo N* não comporta absolutamente o pressuposto de que existam realmente Ns, de modo que não se pode considerar que *toda menção* seja aqui o antecedente de *elas*. Além disso, essas duas expressões não são correferenciais.

O exemplo (19), muito comum, é clássico: ele supõe uma dedução lógica que, tomando por premissa a existência de um indivíduo coletivo (família, classe, grupo, bando, regimento), conclui pela existência de um outro objeto, necessariamente implicado por todo e qualquer coletivo: a classe de seus membros. Isto é, a interpretação de plural supõe que seja catalizada uma classe, que deve ser unificada, por abdução, com a classe coextensiva que se pode deduzir do coletivo já conhecido. Explicam-se, desta forma, os exemplos (4) e (6) acima apresentados.

É importante lembrar que, por “objeto de discurso”, não se deve entender as “coisas” do mundo real, mas representações de ordem cognitivo-discursiva. Assim, um indivíduo coletivo e a classe de seus membros constituem, sem dúvida, duas representações da mesma realidade, mas sob formas lógico-cognitivas diferentes, sendo, pois, objetos-de-discurso distintos.

Pois bem: partindo do que foi exposto, torna-se possível distinguir dois tipos de ocorrências pronominais: aquelas que são morfossintaticamente condiciona-

das e aquelas que são condicionadas única e exclusivamente por um estado corrente de informação compartilhada. Elas resultam, portanto, de duas ordens de combinatória específicas, irreduzíveis uma à outra. Para explicar esta distinção, pode-se recorrer, como postulam Berrendonner & Reichler-Béguelin (1995a), às noções de *micro* e *macrossintaxe*.

MICROSSINTAXE E MACROSSINTAXE

A microssintaxe diz respeito à combinatória de unidades no interior de uma proposição, determinada por relações de concatenação (vinculação) e de recção (regência). A concordância morfológica pertence a esse tipo.

Já a combinatória macrossintática é aquela segundo a qual se organizam as grandes unidades discursivas (seqüências de dimensão transfrástica), sendo de natureza bastante diferente, já que suas unidades são atos de linguagem e estados sucessivos de informação partilhada. Nesse caso, as regularidades observáveis estão na dependência de condicionamentos semânticos, como pressuposições e regras de inferência.

Portanto, no nível macrossintático, os pronomes, bem como suas marcas de gênero e número, não podem ser corretamente caracterizados em termos de concordância ou ligação: sua função é apontar para um objeto-de-discurso já conhecido, sinalizando-o ao destinatário. São contextualmente dependentes apenas no plano semântico-pragmático, devido à relação de pressuposição que subordina seu emprego à presença desse objeto no conhecimento partilhado dos interlocutores, isto é, na sua memória discursiva.

Tanto a anáfora associativa, como grande parte dos casos de concordância associativa seriam, nesses termos, questões de macrossintaxe, como se pode verificar nos exemplos (4), (5), (7), (9), (18), (19), visto que é numa segunda proposição que vai aparecer o pronome ou a elipse (categoria vazia), que vai possibilitar a concordância **não** com o antecedente explícito na proposição anterior, mas com um objeto-de-discurso implícito, inferido do conhecimento partilhado entre os interlocutores. Essa segunda proposição é, com freqüência, justaposta, como em (4), (19); coordenada, como em (7), (9); ou relativa apositiva, como em (5). Além de ser comum em coordenações (por meio de *e*, *mas*, *pois*), em relativas apositivas e em enunciados justapostos, este tipo de concordância é também freqüente no caso de cláusulas circunstanciais, bem com no de parentéticas que constituem expansões do SN sujeito e que operam, explicitamente, uma recategorização do objeto, como em:

- (20) A multidão, no meio da qual havia grande número de descontentes, avançaram contra o palácio do governo.

Mais complexa é a análise do exemplo (18), em que o pronome que vai acarretar a concordância associativa encontra-se numa relativa, encaixada em outra proposição, através da qual se realiza um ato de justificativa em relação à proposição anterior e que contém o SN que permite “saturar” a interpretação referencial.

Por outro lado, exemplos como (6) e (8) não podem *a priori* ser explicados como fatos de macrossintaxe, já que ocorrem no interior de uma só proposição. Em exemplos como estes, é comum que o núcleo nominal venha determinado por um quantificador universal, em geral o quantificador *todos*, como ocorre em (6), que parece “reforçar” a idéia de pluralidade, acarretando a concordância associativa no plural.

Note-se, porém, que a presença do quantificador não é obrigatória. Na língua falada, como também na linguagem infantil e em variedades não-padrão de português, esse tipo de concordância é extremamente comum, como se atesta nos exemplos abaixo, coletados em situações reais:

- (21) A gente vamos viajar? (fala de criança)
 (22) O pessoal gostaram da festa. (variedade do português não-padrão)
 (23) Toda a rua choraram a morte de seu mais ilustre morador. (idem)

Registre-se, em (23), a metonímia (continente pelo conteúdo: rua-casa-moradores), que dá ao termo *rua* uma conotação coletiva, reforçada pelo quantificador.

Estas observações coincidem com a afirmação feita por Berrendonner & Reichler-Béguelin (1995a), a respeito do francês, acima mencionada. Verifica-se, inclusive, que muitos desses processos encontram-se semigramaticalizados ou em vias de gramaticalização, como é o caso, além do exemplo (4) – ainda condenado pela gramática da língua padrão – de ocorrências com SNs introduzidos por expressões como *uma série de*, em que a concordância no plural parece estar-se gramaticalizando:

- (24) Uma série de reflexões levaram-me (levou-me?) a questionar esta hipótese, que acabou me parecendo dificilmente defensável.

Parece-me que a presença de expressões partitivas (*a maioria de, um bom número de, nenhum de, boa parte de, metade de*) ou introdutoras de conjuntos de elementos seriados (*uma série de, uma cadeia de, uma sucessão de*), além do quantificador universal *todo(a)*, favorecem essa gramaticalização em curso. Vejam-se, ainda, mais alguns exemplos – os dois últimos ainda não “autorizados” pela gramática nor-

mativa, mas que fazem parte do uso corrente, especialmente - mas não só - nas variedades de menor prestígio:

- (25) Boa parte dos ingressos estão esgotados.
- (26) Uma sucessão de desastinos acabaram levando-a à bancarrota.
- (27) Nem a metade dos inscitos se apresentaram.
- (28) Nenhum dos meus colegas conseguiram média cinco na prova.
- (29) Todo o exército apresentaram armas ao presidente.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA FINALIZAR

Todos estes exemplos mostram que também as proposições simples estão sujeitas a uma meta-análise, ou seja, que, a par do tratamento *standard* como sintagmas conexos e concordantes, as seqüências SN-SV, muitas vezes, são tratadas pelos falantes como períodos macrossintáticos, em que se processa a concordância associativa. Pode-se afirmar, portanto, como o fazem Berrendonner & Reichler-Béguelin (1995a) para o francês atual, que, no português contemporâneo, as relações de concordância microssintáticas, em particular a de concordância sujeito-verbo, se encontram fragilizadas, desestabilizadas, devido às tensões que se exercem entre as duas ordens de combinatória: as regularidades de ordem macrossintática tendem a ampliar cada vez mais seu domínio às expensas dos condicionamentos microssintáticos.

Segundo esses autores, esse fenômeno admite duas explicações alternativas, mas não mutuamente exclusivas:

1. tratar-se-ia de um começo de gramaticalização de certas estruturas discursivas: alguns esquemas da concordância associativa estariam se ritualizando, de forma que, se a evolução prosseguir no mesmo sentido, elas acabarão por se transformar em relações gramaticais, levando ao desaparecimento das normas de concordância e ligação existentes, pelo menos no nível dialetal;
2. estaria ocorrendo um rompimento, em duas partes, da unidade-cláusula: SN e SV, ao se tornarem microssintaticamente desconexos, poderiam estar evoluindo para o estatuto de cláusulas macrossintaticamente autônomas, em razão da discursivização da estrutura sujeito-predicado. Daí a freqüência de períodos binários do tipo: “Minha família/estão felizes”, isto é, considerados como estruturas de tópico, que, como se tem mostrado, vêm-se tornando dia-a-dia mais freqüentes no português falado e estendendo-se, inclusive, para a língua escrita. Seria este o caso dos exemplos (6) e (8).

A consequência teórico-metodológica importante que se pode tirar destes fatos é a da imbricação, mesmo no interior da mais simples das frases, de condicionamentos micro- e macrossintáticos, ou seja, a coocorrência de regularidades morfosintáticas e pragmático-discursivas, o que comprova que sintaxe e pragmática não constituem domínios disjuntos, mas, sim, encontram-se profundamente interligadas na construção dos enunciados lingüísticos.

RÉSUMÉ

Mon objectif est de discuter l'abrangeance que s'est en train de donner à la notion d'anaphore associative, pour expliquer les cas d'accord *ad sensum* or sylepses de genre et nombre. Pour arriver à un telle justification, je recours aussi aux concepts de macrossyntaxe et microssyntaxe.

Referências bibliográficas

- BERRENDONNER, Alain e REICHLER-BEGUELIN, Marie-José (Ed.). **Du syntagme nominal aux objets-de discours**; SN complexes, nominalisations, anaphores. Neuchâtel: Institute de Linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995a.
- BERRENDONNER, Alain e REICHLER-BEGUELIN, Marie-José (Ed.). Accords associatifs. **Cahiers de Praxématique**, Montpellier, n. 23, p. 21-42, 1995b.
- CHAROLLES, M. Anaphore associative, stereotype et discours. In: KLEIBER, G. CHAROLLES M., DAVID, J. (Ed.). **L'anaphore associative**; aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques. Paris: Klincksieck, 1994. p. 69-71.
- CUNHA, Celso Ferreira da. 1979. **Gramática de base**. Rio de Janeiro: FENAME, 1979.
- KLEIBER, G. L'anaphore associative roule sur des stereotypes. In: KLEIBER, G., CHAROLLES, M., DAVID, J. (Ed.). **L'anaphore associative**; aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques. Paris: Klincksieck, 1994. p. 44-66.